A MORADA DA ÉTICA APLICADA

Amauri Carlos Ferreira[1]

Para Maurício Marques Trigueiro (Lili), *in memoriam*, que, a partir de sua escuta cuidadosa os amigos tinham seu lugar.[2]

Introdução

A morada do sujeito ético é a liberdade. Liberdade como um dos princípios da política, da democracia, um dos pilares da Revolução Francesa. Liberdade cantada em prosa e verso, associada à justiça, levou K. Marx, no século XIX, a discorrer sobre a venda nos olhos da Justiça, sustentando que ela (a Justiça) não nasceu sob o signo da liberdade. A liberdade é uma das promessas republicanas que nomeia ruas e praças, circunscrevendo lugares de poder.

Não se nasce livre ou justo. Aprende-se. É no processo de aprendizagem de virtudes e valores que o ser humano vai se construindo e reconstruindo seu *éthos*. *éthos* é uma palavra grega que remete à ideia de costumes. Em seu sentido original indica abrigo de animais, do qual derivará o termo moderno etologia: estudo do comportamento de animais. Remete também à ideia de costumes e, ao dizer do ser humano, assume o sentido de morada, casa, mais que abrigo, lugar que se tornou habitável. É o próprio sentir-se bem na construção permanente de si mesmo em relação ao outro. É na reconstrução do éthos como liberdade que a ética assume sua nova face da aplicabilidade da moral, trazendo problemas específicos no enfrentamento de dilemas e conflitos.

A nova face do éthos que se configura nesse processo de reconstrução está mais próxima do indivíduo comum,

1 – Professor de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

2 – A minha homenagem na abertura do seminário sobre ética aplicada é para Maurício Marques Trigueiro, *in memoriam*, amigo desde a infância, que partiu deixando saudade. Homenagem que eu lhe faço a partir de dois textos: o primeiro, escrito no impacto que tive ao saber de sua partida e o segundo, um poema que ele gostava de me ouvir declamar, afirmando que era "uma alegria triste e uma melancolia filosófica na qual as palavras se perdiam no tempo." Os dois poemas vão transcritos no final deste artigo.

que, ao enfrentar situações de ordem particular e geral, confere à morada do ser um novo sentido. No entanto, compreender essa nova face do *éthos*, no campo da ética, exige que se discutam os fundamentos da ação moral e dos juízos morais ancorados no sujeito, em face da sua racionalidade.

A justificação ou fundamentação de juízos morais na ação do sujeito no mundo, ao enfrentar conflitos e dilemas, exige a compreensão do *éthos* legal. Tal compreensão envereda pela relação do sujeito autônomo, frente a regras sociais. A exigência da observância das regras estabelece uma ação que habitua o indivíduo a conviver com os demais. A simples observância da convencionalidade da regra não garante a compreensão da ação do sujeito, uma vez que a lei não pode ficar acima desse sujeito. Ela precisa ser internalizada e justificada, de maneira a abrir possibilidades para o exercício de sua própria liberdade.

A exigência de justificação da ação moral leva a reflexões que carecem da compreensão da tradição contemporânea, no que se refere à morada do ser humano em seu processo de construção e reconstrução da ação do sujeito com o outro. Assim, instaura-se um processo de aprendizagem que demanda reflexões em torno da relação eu/outro mediada pela possibilidade de uma ação ética frente a dilemas e conflitos.

A morada do ser humano

"*O* éthos *como lei, verdadeiramente. A casa ou a morada da liberdade*" (LIMA VAZ).

Na tradição ocidental, o termo *éthos* aparece pela primeira vez no grego arcaico. Em Homero, designando uma morada da aristocracia guerreira e, em Hesíodo, a representação de um saber popular, designando também morada. Essa morada mítica se transforma num logos demonstrativo do dever, a ética propriamente dita. Morada que abriga o outro, que acolhe a diversidade e explicita a diferença.

Esse tipo de morada como habitação só se faz possível num processo de construção permanente, uma vez que o éthos está circunscrito em seu inacabamento, como é próprio do ser humano. O *éthos*, na perspectiva moderna, configura a própria habitabilidade, termo da arquitetura que indica o sentir-se bem, o tornar habitável, possível a um estar bem. É nessa dimensão da vivência que a morada como habitação se amplia. É esse lugar do sentir-se bem que nos abre para uma perspectiva ética na relação com o outro. A morada como construção tem o sentido de cuidar, manter, cultivar, significando o lugar da cultura. Cultivo no sentido de labor, uma atividade de escolha, prazer. A construção também com o significado de erigir, de prover um abrigo. A construção de uma morada que abriga e acolhe o outro, numa relação que se constrói em território de conflito.

O inacabamento do *éthos* como casa instaura a liberdade e acolhe a vida em seu movimento, oferece abrigo aos corpos que aceitam a norma e se insurgem, ao trazer à cena novos valores. Daí que a ética só faz sentido numa relação de exterioridade, ou seja, num processo de encontro com o outro, transformando-se em rosto que, no dizer de Levinas, é o face a face, como nos lembra Etelvina Nunes (1993, p. 39),

> *O rosto na sua fragilidade chama-me às minhas obrigações, lançando a primeira norma ética, não matar. Nesse sentido, a experiência ética, enquanto é uma experiência que se efetua em face de um outro, é princípio da filosofia. A filosofia primeira é uma ética.*

A ética, por constituir um ramo da filosofia prática, estabelece uma relação com o vivido, no modo de se compreender a relação com o outro, com base em valores que são construídos e reconstruídos ao longo da existência. Esse ramo filosófico tem pretensão de universalidade quando busca ser uma ciência do *éthos*.Tentar estabelecer para a ética o estatuto de uma ciência é mostrar um caráter paradoxal, pois, na ciência do *éthos*, segundo Lima Vaz (2002, p. 53), cruzam-se duas exigências aparentemente inconciliáveis: a

exigência do *logos* teórico, que se volta para a universalidade e imutabilidade do que é, e a exigência do *logos* prático, que estabelece as regras e o modelo do dever ser.

Nessa tentativa de universalidade, a ética sofre críticas e reflete ambiguidades da condição humana, uma vez que seu objeto, a moral, muda de acordo com as gerações que chegam ao mundo.

Como em qualquer morada, a exigência do ordenamento se faz necessária. Num primeiro momento, como um conjunto de normas externas ao indivíduo, que, aos poucos, aprende pela força do hábito a aceitar ou a recusar a norma heterônoma. Norma que está fora do indivíduo que aprende a conviver com ela. O hábito está circunscrito a uma ação repetitiva de costumes e valores, que forma o indivíduo no campo da moralidade. É uma repetição qualitativa de atitudes consideradas boas ou más que formam o caráter do indivíduo, tendo-se em vista que não se nasce justo, aprende-se a ser.

"Os caminhos do *éthos* à ética"

No campo da ética geral, três marcos teóricos são requeridos para se compreender o itinerário do *éthos*. A tradição grega, ao situar o homem na pólis, exige que o mesmo busque o ideal de justiça. Dessa forma, o caminho que leva à ciência do éthos, na Grécia, circunscreve-se aos séculos IV e V, mesmo compreendendo-se que esse ideal de ser justo procede de uma tradição anterior que remonta a Homero, em sua virtude guerreira, na qual a virtude da coragem impõe-se como marca do herói. A questão grega acerca da ética se processa na educação para a virtude. Em Platão, principalmente em seus primeiros diálogos, a questão sobre a virtude influenciará a ética ocidental, no que se refere à discussão da oposição entre os sofistas e Sócrates. Numa similar concepção tem-se a ética normativa, a qual persegue um ideal de bem, numa perspectiva transcendente. Em uma outra abordagem, seguindo o eixo da práxis humana, Aristóteles

propõe um imperativo do bem viver ou da realização do bem e do melhor viver, para o indivíduo na sociedade. Tal concepção levará a um objeto específico da ética, o próprio bem.

A tradição iluminista, especificamente em Kant, considera o dever e a lei moral como centrais no cumprimento da norma, independentemente de concepções metafísicas ou religiosas. Kant estabelece a razão como fundamento da ética, sendo a consciência e a liberdade elementos centrais no campo da moralidade. No século XVIII, a ideia de humanidade é crucial, pois ocorre na objetivação do ser racional, e a própria ideia de sujeito emerge, ligada à autonomia do ser. O ser humano é capaz de decidir frente a normas heterônomas. A autonomia se torna a chave de compreensão da modernidade, numa reflexão que coloca as ideias de bem e de dever na esfera da consciência.

As ideias do bem e do dever moral constituem o campo do saber ético que tenta responder à questão central da ética: o que devo fazer. Segundo Lima Vaz,

> *A relação de consequência moralmente necessária entre o bem e o dever constitui justamente uma das estruturas fundamentais do saber ético e irá inspirar os dois grandes sistemas que dominam a história da ética: a ética do bem em Aristóteles e a ética do dever em Kant (LIMA VAZ, 1999, p. 48).*

É a partir da tradição contemporânea, com raiz na filosofia moderna, que os termos ética e moral, em sua semântica paralela, designando fundamentalmente costumes, passam a deter matrizes diferentes para a construção do éthos. Segundo Lima Vaz (1999, p.15), o termo moral refluiu progressivamente para o terreno da práxis individual, enquanto o termo ética viu ampliar-se seu campo de significação, passando a abranger todos os aspectos da práxis social.

É comum encontrarem-se autores que ora diferenciam os termos ética e moral, ora não. Quando moral é utilizado como substantivo é para referir-se a um conjunto de

princípios, preceitos, normas de conduta, constituindo um sistema de valores de uma determinada época. Pode ser utilizado para referir-se a uma pessoa que possui uma moral rígida ou também para designar a compreensão da vida moral de alguém.

Para se compreender, na contemporaneidade, a ética aplicada é fundamental sua diferenciação no campo da moral, uma vez que há especificidade e complexidade no que se refere à compreensão dos costumes e dos próprios valores.

O termo moral é um desdobramento do éthos, origina-se da expressão latina *mores* e traz a ideia de costumes. Sua práxis está bem situada no tempo histórico, um registro de transformação de valores, de acordo com as gerações que chegam ao mundo. Mudam-se os valores e os costumes se transformam. O que é moralmente aceito em um tempo pode não o ser em outro, faz parte do caráter nômade da morada.

Para que a morada ética alcance sentido é necessário situá-la no espaço escorregadio do outro, numa relação de exterioridade, ou seja, num processo de encontro com o outro. Essa disposição de encontrar o outro que se iguala na espécie estabelece uma relação de proximidade. O outro encarna a diversidade e ensina que o mundo não se reduz ao familiar, ao fraterno, à etnia.

O mundo se torna a morada nômade, aberta ao aprendizado de costumes diferentes. O desafio em estar aberto traz a possibilidade de aprender sobre os outros, no apelo de reconhecer que um ato de violência em relação a eles ocorre em relação ao próprio eu. É nesse modo de compreender o outro como fonte de aprendizagem do que somos que o éthos, na sua expressão de legalidade, proíbe a violência. Não pelo fato simplesmente de a norma achar-se fora do indivíduo, mas sim pela disposição de estar nele o desdobramento ético, religioso e humano do "Não matarás". O ser humano aprende a não matar, não por medo da lei heterônoma a ele. O outro é que impede o ato de violência.

A compreensão da dimensão do outro se iguala na espécie e se diferencia na particularidade. É um outro de nós. Silenciar o outro é não permitir que ele se torne nômade de si mesmo, é negar-lhe a própria humanidade. Compreender esse movimento de estar disponível ao outro é tentar se reconhecer como humanidade.

A morada ética, por trazer o outro à cena, demarca o lugar da consciência moral que se desdobra numa reflexão permanente do eu/outro, numa unidade de referência valorativa que recusa a violência como acontecimento.

A ética encarna uma recusa da violência como acontecimento, dado que a palavra violência é ambígua em seu radical, nela ocorrendo a formação do caráter. A palavra violência possui uma raiz curiosa, traz em seu radical, a viga, *vis*, que possui dupla face; de um lado o radical vir, que vai dar viril. O ser com atitudes masculinas que verga essa viga faz um arco e uma flecha e elimina o outro. A formação do arco e o utensílio da flecha para aniquilar e eliminar o outro fazem do radical *vis* o verbo *velle* (querer). A vontade cega que viola por meio da força. É no acontecer da violência que se conhece tão bem quando o outro se torna um objeto, uma coisa, puramente inanimada. A outra face da viga leva à construção do caráter quando o adulto, de preferência um sujeito que sabe mais – no sentido de *sapere*, degustação – se curva ao outro, numa atitude de cuidado, e o conduz ao que é certo, ao que é o bem, atitude de formação de longo prazo. Não se nasce justo, repetimos: aprende-se a ser justo mediante o cuidado de adornar essa viga sem quebrá-la, ao tirar dela excessos, dando-lhe a forma do conteúdo vivido. Para educar o caráter na necessidade do dever, é preciso educar para os valores atuais, pensando em mudanças futuras.

É no retorno às próprias coisas, para compreender os valores em relação à vida e construir e reconstruir um *éthos* possível, que se desvela a necessidade de se pensar a ética no campo da ação do indivíduo e do sujeito no mundo. Após a Segunda Guerra Mundial, tal perspectiva, na filosofia

prática, enveredou para uma tentativa de se compreender a aplicação da moral e de se refletir sobre questões pontuais na relação com a alteridade, acerca do que surge numa continuidade e ruptura com o éthos tradicional.

A morada da ética aplicada

> *Quando se vê o nariz, os olhos, a testa, um queixo e se podem descrever, é que nos voltamos para outrem como para um objeto. A melhor maneira de encontrar outrem é nem sequer atentar na cor dos olhos. Quando se observa a cor dos olhos, não se está em relação social com outrem... A relação com o rosto pode, sem dúvida, ser dominada pela percepção, mas o que é especificamente rosto é o que não se reduz a ele. O rosto está exposto, ameaçado, como nos convidasse a um ato de violência. Ao mesmo tempo, o rosto é o que nos proíbe de matar (LEVINAS, 1982, pp. 77-78).*

Pode-se considerar que o termo ética aplicada gere um desconforto para a teoria geral da ética, uma vez que essa área do saber está relacionada diretamente à filosofia prática. Durante a primeira metade do século XX, a filosofia moral anglo-saxônica preocupou-se com discussões em torno da metaética, que vem a ser o estudo do significado dos termos morais, da relação lógica entre os julgamentos morais e outras formas de julgamentos. Uma preocupação com os enunciados morais que tangenciavam predicados neutros de moralidade, tais como bem, bom, justo e dever, entre outros. As questões de conteúdo moral eram discutidas com base em perspectivas disciplinares que defendiam posições ideológicas, fossem dogmáticas ou relativistas. É o campo da metaética, que não pretendia – e nem pretende – determinar o que o sujeito deve fazer.

A partir dos anos 60 do século XX, ocorre uma mudança nesse quadro reflexivo. A metaética, em suas discussões de predicados neutros, passa a buscar fundamentos que

possam orientar a ação. Reflexões em torno do que é o bem e o justo retornam à vida filosófica, à procura de sistemas éticos que possam oferecer uma unidade de referência valorativa e, ao mesmo tempo, uma busca pelo entendimento da justificação do ato moral.

Essa virada reflexiva estava circunscrita às mudanças sociais que marcaram a sociedade ocidental: liberação sexual, direitos sociais e coletivos, direitos dos animais, preocupações ambientais, manipulação de técnicas da matéria animada.

É necessário ressaltar que o caráter de movimento do éthos levou a uma nova configuração, conforme John Haldane (2002, p. 718) assinala:

> *Em seus estágios iniciais os problemas relacionavam-se principalmente com a vida e a morte, como o aborto, a eutanásia, o suicídio ou o estado de guerra. Mas, recentemente, no entanto, houve um aumento considerável de interesse entre alunos de faculdades e universidades, filósofos profissionais e pessoas fora do ensino superior pelo exame de questões morais...*

Os debates voltaram-se para questões da vida boa, numa sociedade em que o controle sobre os indivíduos é diluído no pluralismo social. A aplicação em situações concretas passou a centro de reflexões.

A expressão ética aplicada surgiu nos Estados Unidos nos anos 60 do século passado. Nos anos 70, as questões de ordem ética sedimentaram-se em áreas do conhecimento que tangenciavam o campo interdisciplinar, como bioética, ética ambiental, ética profissional, ética e educação, dentre outras que caracterizam um ramo específico da ética geral.

A ética aplicada não se atém apenas a princípios da ética geral para a ação do indivíduo. Ela tenta, de uma certa forma, buscar princípios que compõem sua origem utilitária. Daí seu caráter utilitarista, no que se refere à avaliação das consequências. O consequencialismo, surgido

no século XIX com os filósofos britânicos James Mill, Jeremy Bentham e John Stuart Mill, entre outros, tornou-se preponderante na filosofia moral britânica no século XX, o que influenciou muitos autores, que passaram a refletir sobre a moralidade, em contraposição à ética tradicional, que buscava por universalidades no dever ser dos indivíduos a partir de sua integração com a família, a religião e a cidade.

Importante salientar que o campo da ética aplicada configura apenas mais um desdobramento da filosofia moral e precisa ser compreendido nos conflitos que dela derivaram, em relação à ética tradicional ou universalista.

O termo ética aplicada presta-se a discussões teóricas que caminham em perspectivas diferentes. Diz respeito a problemas em torno da ética normativa, na tentativa de resolução de problemas do dia a dia. A ética aplicada busca, a partir das microrrelações, estabelecer bases de justificação racional para os atos dos sujeitos. Dessa forma é que a relação entre meios e fins se justifica, advinda de juízos fundamentados em parâmetros que possam trazer o ideal de uma vida feliz e justa. Idealmente, a proposta faz-se atrativa, no sentido de se poder contar com o sujeito comprometido com suas ações, repercutindo na humanidade no plano do dever.

É evidente que a preocupação com a moralidade não é nova, mas no século XX ela se torna central, devido a uma virada no campo reflexivo e nos eventos ocorridos nos períodos de guerras, bem como ao avanço da sociedade de massas, que apresenta um indivíduo incapaz de pensar a relação com o outro.

Os temas surgidos passaram a fazer parte de diversos segmentos sociais e trouxeram indagações de ordem prática: o que devo fazer ou como proceder em determinadas situações, indagações que, necessariamente, levam à ideia de dever.

O dever consiste numa categoria central da filosofia prática, uma vez que expressa o que se tem que fazer, ou o que convém fazer, numa perspectiva de problemas de meios

e fins em torno da própria concepção do sujeito frente aos problemas que a ele são demandados.

Segundo Monique Canto-Sperber (2003, p. 438):

> *O conceito de dever suscita muitas questões que ora militam em prol da sua sujeição como categoria moral autônoma e por sua imersão na evolução social e até mesmo biológica (evolucionismo, sociologismo e mais recentemente ainda a sociobiologia – Darwin, Spencer, Durkheim, Mead, Levi-Bruhl, Bergson), ora surgem como questões existenciais trágicas que agrupamos mais frequentemente sob o título de conflitos de deveres.*

Os conflitos de deveres surgem no campo da ética aplicada, levando a reflexões em torno de dilemas e conflitos que exigem um posicionamento no campo da singularidade e um processo de teorização em torno da autonomia do sujeito. O sujeito é autônomo quando, ao deparar com normas já estabelecidas, interioriza-as e, ao refletir sobre as possíveis consequências de suas decisões, faz escolhas.

É necessário ressaltar que, para ser autônomo, o sujeito necessita interiorizar a norma que vem de fora (norma heterônoma), refletir sobre ela, para posteriormente decidir aceitar ou recusar essa norma.

A categoria autonomia detém uma longa história. Vejamos seu percurso, segundo Manfredo Araújo Oliveira (1995, p. 119):

> *Em sua origem grega (a autonomia) significou a meta das cidades-estados de poderem determinar suas questões próprias, na independência dos poderes estranhos. Na modernidade, época das guerras de religião, ela exprimia a pretensão de autodeterminação religiosa confessional. Kant a introduziu na esfera da reflexão filosófica e através disto lhe deu a possibilidade de exprimir aquilo que o homem tem de mais próximo e que assim o distingue dos demais seres. A autonomia significa, a partir de então, a capacidade*

e a tarefa que caracterizam o homem como homem, ou seja, autodeterminar-se e autoconstruir-se em acordo com as regras de sua própria razão.

A palavra sujeito remete-nos à etimologia latina *subjectum*, que, entre outras coisas, significa sustentar. O sujeito é aquele que aprende a sustentar a própria existência. Nessa perspectiva, a existência se fundamenta na liberdade, pois é a qualidade primeira do ser humano. Se a liberdade de escolha se coloca como essencial, o sujeito é autônomo quando escolhe. Dessa forma, ser livre pressupõe o exercício de uma razão autônoma.

Essa autonomia do sujeito estabelece relações com o mundo, com o próprio sujeito e com o outro. A relação do sujeito com o mundo pressupõe a tentativa de compreendê-lo melhor. Dessa forma, a própria condição de estar no mundo o predispõe a compreender que não se é sujeito quando se chega ao mundo, pois não se escolhe estar nele em regras já definidas. A relação do sujeito consigo mesmo é mediada pela construção da identidade; a relação com o outro convoca o ser para a ação ética.

Com a categoria sujeito em suas relações, o processo da ética aplicada vai se definindo no campo do conflito e do dilema.

Do conflito

O conflito se perde no tempo. Ele não é uma discussão nova, pois remonta aos gregos, especificamente a Platão, em sua *República*. A tentativa é de não eliminá-lo, mas de trazê-lo à cena. O conflito atravessa a problemática do contrato social, ao se tentar buscar, nas discussões, o consenso. Na contemporaneidade reaparece com John Rawls, em sua teoria da justiça, e com Habermas, em seu agir comunicativo.

Há sempre uma tentativa de se buscar resolvê-lo, de modo consensual. A solução do conflito leva à crítica, ao tentar-se conciliar o irreconciliável. O conflito faz parte da condição humana, não é ponto de chegada e nem de partida,

mas um doloroso processo de se pensar a diferença como possibilidade. É assim nos conflitos públicos que demarcam diferenças políticas.

É interessante ressaltar que o conflito estabelece uma desordem na ordem construída do consenso. Ao mesmo tempo, ele está na raiz de discussões que demarcam a unidade de referência valorativa em relação ao consenso estabelecido entre as partes. Por outro lado, no âmbito da ética aplicada, em que se exige uma tomada de posição, o conflito se coloca na esfera de sujeitos ideológicos que, ao se confrontarem, estabelecem uma relação de legitimação dos iguais. Daí a possibilidade de ocorrer o novo, não como fruto de consensos, mas como a possibilidade de um saber constitutivo que, pelos contrários, faz chegar a uma nova possibilidade, quase uma suprassunção hegeliana.

É pela situação de conflito que a crise se instaura, trazendo a possibilidade de se retornar às origens do problema. Para Arendt (1992, p. 223), "Uma crise só se torna um desastre quando respondemos a ela com juízos pré-formados, isto é, com preconceitos."

A relação de conflito situa-se na relação entre sujeitos, cuja identidade na diferença se objetiva para projetos de intervenção situados no campo dos dilemas.

Do dilema

Não há acordo no que se refere à realidade e à possibilidade da existência de dilemas. Eles só ocorrem quando a realidade indaga princípios que o sujeito considerou fundamentais para sua ação no mundo, ou melhor, quando esses princípios são colocados sob suspeita. O sujeito, ao refletir sobre sua ação no mundo, repensa a vida que escolheu viver, enfrenta situações nas quais precisa escolher entre dois ou mais princípios que considerou imutáveis. É uma situação em que se mostra fundamental o exercício da autonomia. É importante chamar atenção para o fato de que os dilemas não se expunham antes do século XX. Retomando-se o pen-

samento de Tomás de Aquino e, mesmo de Kant, a ideia de não se cumprir um dever era impensável. Tomás de Aquino concebia a lei como divina, verdadeira. Não existem dilemas em não segui-la. Em Kant, o conflito de deveres em relação a princípios universais é inconcebível. Se as ações do dever fossem necessárias, as regras não gerariam conflitos.

O dilema moral, bem como o conflito, acha-se circunscrito ao campo do dever. É a pergunta de ordem da moral o que devo fazer? A resposta a essa pergunta, no período contemporâneo, situa-se no mundo do sujeito, em suas escolhas temerárias, em que escolher é sempre sinônimo de perda. São situações nas quais as ações que emergem levam o sujeito à realização de uma delas. Tal perspectiva, ao se voltar para o sujeito em sua autonomia, leva-o a assumir responsabilidades circunscritas ao plano da ação ética. Daí que as situações dilemáticas levam o sujeito a repensar sua ação no mundo e a reconstruir seu *éthos*, desencadeado de situações-limite enfrentadas.

Voltar a reflexão para o campo do sujeito e da autonomia consiste em irromper possibilidades para a ação do indivíduo que necessita cuidar de seu *éthos*, sempre numa atitude de construção e reconstrução, uma vez que o caráter da condição humana é mutável, nômade, e atitude moral e ética consistem num aprendizado de longa duração.

A ética aplicada aos valores morais chama atenção para a ação do sujeito no mundo em relação ao outro, em situações-limite que exigem intervenção do sujeito naquele momento. Não há tempo para se pensar no agir de acordo com o que se aprendeu, pela vivência e pela formação moral e ética. As escolhas se postam e exigem a solução dos problemas. No campo de sua aplicação, os conflitos, os dilemas e o dever se encontram no limite, em áreas nas quais a vida se posiciona no jogo de escolhas trágicas. Daí que a bioética, com suas questões como eutanásia, clonagem, meio ambiente, em relação à proteção da vida em geral e à educação na formação de longo prazo

de valores, demande da ética aplicada a reconstrução do éthos tradicional quanto à ação do sujeito.

A ação ética é aquela em que ocorre a possibilidade de o sujeito sentir-se bem nas decisões que considerou pertinentes para sua convivência no meio em que está inserido. A ética, ao fundamentar a moral e ao expressar sua natureza reflexiva na sistematização de normas, demonstra seu caráter normativo de valores. A ética contemporânea, ao refletir sobre violência, individualismo, banalidade de valores, diversidade, esbarra em conflitos e dilemas na ação do sujeito. E retoma as indagações centrais em seu processo reflexivo, tais como: O que é a liberdade? O que é autonomia? O que são valores? O que e quem é o outro? Questões que, desde sempre, desafiam o ser humano na procura por unidades de referências valorativas, ponto de partida para reflexões do sujeito e sobre ele próprio. Essa aplicabilidade da ética, no que alude ao dever e ao conflito, sempre existiu; a questão atual é que as perguntas voltam-se para o sujeito em situações dilemáticas em torno da escolha pela vida que ele escolheu viver.

A ética prossegue em sua ação reflexiva, sob os valores que dignificam a vida e a morte, os quais autorizam o sujeito a ponderar e escolher entre o que uma vida possível na relação eu/outro possa desencadear.

Considerações finais

A morada da ética aplicada acha-se circunscrita à formação de valores e ao conflito de deveres que se situam nos conflitos e dilemas enfrentados pelo sujeito frente a suas escolhas temerárias. É a entrada em cena do outro como um eu. Na sua diferença é que se opera o nascimento do diverso, numa igualdade da espécie em tentar ser feliz com a vida que se escolheu viver.

No campo da ética aplicada, uma questão surge numa perspectiva singular que os indivíduos vivenciam em torno de conflitos, dilemas e deveres, no que tange à ação moral

e ética. Dilemas e conflitos que vão da atuação política a situações singulares do direito de morrer com dignidade. E, ainda, perpassam enunciados prescritivos de conduta ligados ao bem e ao dever.

O *éthos* se renova na ética aplicada e se mantém no processo de construção e reconstrução de si mesmo, acatando, em sua morada primeira, a liberdade. Não se nasce livre. Aprende-se a ser livre, com o outro. Como também não se nasce justo e nem sujeito. A construção do éthos constitui o doloroso processo de acolher o outro na sua fragilidade humana e na sua fragmentação, possibilitando-lhe abrigo necessário para sua interrogação permanente que, desde os gregos, faz-se presente entre nós: Sabes quem tu és? Ou, no dizer de Comte-Sponville, "Viver não é suficiente, pois necessário é viver feliz. Não seria essa a condição da ética em sua construção e reconstrução do *éthos* ?"

Referências

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o Futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

BRITO, Adriano Naves (org.). *Ética*: Questões de Fundamentação. Brasília: UNB, 2007.

CAILLÉ, Alain et alli. *História argumentada da Filosofia Moral e Política*: A felicidade e o útil. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

CANTO-SPERBER, Monique. (org.). *Dicionário de ética e Filosofia Moral*. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

FERREIRA, Amauri Carlos. A morada do educador: Ética e cidadania. In: *Educação, cidade e cidadania*. Belo Horizonte: PUCMinas/Autêntica, 2007.

HALDANE, John. Ética Aplicada. In: *Compêndio de Filosofia*. Orgs.: Nicholas Bunnin e E.P. Tsui-James. São Paulo: Loyola, 2002.

LEVINAS, E. *Ética e Infinito*. Lisboa: Edições 70, 1982.

LIMA VAZ, Henrique Cláudio de. *Ética & Direito*. Orgs.: Cláudia Toledo e Luiz Moreira. São Paulo: Edições Loyola/ Landy Editora e Distribuidora, 2002.

LIMA VAZ, Henrique Cláudio de. *Escritos de Filosofia IV*: Introdução à ética Filosófica I. São Paulo: Loyola, 1999.

LIMA VAZ, Henrique Cláudio de. *Escritos de Filosofia II*: Ética e Cultura. São Paulo: Loyola, 1988.

MORIN, Edgar. *O método 6*: Ética. Porto Alegre: Sulina, 2005.

NEDEL, J. *Ética Aplicada*: Pontos e contrapontos. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

NUNES, Etelvina P. L. *O outro e o rosto*: Problemas da alteridade em E. Levinás. Braga: Fundação Calouste Gulbenkian, Publicações da Faculdade da UCP, 1993.

OLIVEIRA, Manfredo de Araújo. *Ética e práxis histórica*. São Paulo: Ática, 1995.

SINGER, Peter. *Ética Prática*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1996.

RICOEUR, Paul. *O justo*. São Paulo: WMF/Martins Fontes, 2008.

A Partida

O sino da igreja de nossa terra
Bateu fundo
Bateu triste
Um som que vibra o corpo e retine na alma
Anunciou mais uma partida
Anunciou a sua partida
Um tumulto de emoções invade a alma
O tempo para e me passeia

Um silêncio atravessa meu mundo e habita as ruas de nossa cidade
Habita os corações de seus colegas e amigos
Vozes adormecidas esculpem no tempo da memória sua história
Gravadas como tatuagem, as coisas e as pessoas recordam
gestos, exigem afetos
Nessa hora palavras de consolo são inúteis,
Imperceptíveis aos nossos corações
Um sentimento de falta e de vazio
Toma conta do meu corpo
É impossível não sentir dor
Dor que aperta o peito e corta a alma
Não tem remédio que cure
A não ser esse tempo que se arrasta

Adoeço de pura saudade
Por um tempo hei de ficar assim
Sentindo dores que não passam
Vendo fotografias alheias
Lembrando-me de um tempo que não existe mais
Daqui pra frente, sombras...
Apenas lembranças atravessadas pelo tempo que se foi

Indiferente às nossas emoções
A vida continua na sua repetição
Vida que sorri na despedida
É um velho poema de uma estranha poesia
Aperta o peito, dói a alma, faz sofrer e chorar
É mais uma partida, é a partida
É uma vida, é a vida que não dura mais que um dia.

Votos Partidos (Este poema foi tirado do filme Os Vivos e os Mortos, de John Houston, que é baseado no livro *The Dubliners*, de James Joyce, e parece ser uma adaptação da tradicional balada irlandesa The Grief of a Girl's Heart.)

Era tarde a noite passada
o cão falava de você
O pássaro cantava no pântano
falava de você
Você é o pássaro solitário
na floresta
Que você fique sem companhia até achar-me
Você prometeu e mentiu
Disse que estaria junto a mim
quando os carneiros fossem arrebanhados
Eu assoviei e gritei cem vezes
e não achei nada lá
a não ser uma ovelha balindo
Prometeu-me algo difícil
um navio de ouro sob um mastro prateado
Doze cidades e um mercado em todas elas
e uma branca e bela praça a beira-mar
Você prometeu algo impossível
que me daria luvas de pele de peixe
e sapatos de pele de ave
e roupa da melhor seda da Irlanda
Minha mãe disse pra não falar com você
nem hoje, nem amanhã
nem domingo
Foi um mal momento para dizer-me isso
como trancar a porta após a casa arrombada
Você tirou o leste de mim
Tirou o oeste de mim
Tirou o que existe à minha frente
Tirou o que há atrás
Tirou a lua
Tirou o sol de mim
E o meu medo é grande
Você tirou Deus de mim.